

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO
SIMONE EITERER CAMPOS DE CARVALHO

O IMPACTO DO TRABALHO EM PROGRAMAS SÓCIO-EDUCATIVOS SOBRE
A SUBJETIVIDADE DE ADOLESCENTES COM PERFIL DE RISCO

BELO HORIZONTE

2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA DO TRABALHO
SIMONE EITERER CAMPOS DE CARVALHO

O IMPACTO DO TRABALHO EM PROGRAMAS SÓCIO-EDUCATIVOS SOBRE
A SUBJETIVIDADE DE ADOLESCENTES COM PERFIL DE RISCO

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Psicologia do Trabalho da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH – Departamento de Psicologia – UFMG, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Psicologia do Trabalho.

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. ÍRIS BARBOSA GOULART

BELO HORIZONTE

2004

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Alvaro e Ebe, pelo apoio constante.

Ao meu namorado, Carlos, pelo carinho e paciência.

A minha orientadora, Íris, pela disponibilidade e sabedoria.

A todos os adolescentes com os quais trabalhei e que possibilitaram a construção desse projeto. Desejo que, em suas caminhadas, consigam construir um futuro melhor.

RESUMO

Este trabalho aborda a influência da inserção de adolescentes com perfil de risco pessoal e social no mercado de trabalho sobre a subjetividade desses jovens. Os adolescentes da amostra participam de um Programa Sócio-Educativo da AMAS, uma organização não-governamental ligada à Prefeitura de Belo Horizonte.

Através de uma pesquisa qualitativa, foram comparadas as entrevistas realizadas antes e depois da inserção no trabalho. Verificou-se que a perspectiva de futuro e autopercepção dos adolescentes se tornam mais favoráveis após um período de trabalho.

ABSTRACT

This study approaches the influence of work insertion of personal and social profile adolescents in work market.

The sample of adolescents are involved in AMAS Socio-Educative Program, a no-governmental organization of Belo Horizonte's Town Hall.

The qualitative research used interviews before the work insertion and after work insertion. It has been verified that perspective of future and the self-perception of these adolescents turn better after work insertion.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A ADOLESCÊNCIA	13
2.1	O Desenvolvimento do Conceito de Adolescência.....	13
2.2	O Desenvolvimento Biológico na Adolescência	14
2.3	Concepções Psicológicas da Adolescência.....	17
2.3.1	A Visão Liberal da Adolescência.....	17
2.3.2	Visão Sócio-Histórica da Adolescência.....	20
3	A SUBJETIVIDADE E SUA CONSTRUÇÃO SOCIAL	24
3.1	A noção de sujeito e subjetividade na modernidade.....	24
3.2	O desenvolvimento da noção de subjetividade na história da Psicologia.....	26
3.3	A noção de sujeito e subjetividade na pós-modernidade.....	28
3.4	A gênese do psiquismo do homem moderno e a subjetividade na Psicologia Sócio-Histórica	29
4	O TRABALHO ADOLESCENTE	33
4.1	O trabalho de crianças e adolescentes: um pouco de história.....	33
4.2	O Estatuto da Criança e do Adolescente e suas repercussões no trabalho adolescente.....	34
4.3	A inserção de jovens no mercado de trabalho	36
5	A PESQUISA REALIZADA	38
5.1	A Instituição.....	38
5.2	Metodologia e Resultados.....	39
5.2.1	IDADE ATUAL.....	39
5.2.2	ESCOLARIDADE NA ÉPOCA DE INSERÇÃO NO TRABALHO E TEMPO DE TRABALHO	40
5.2.3	ESTRUTURA E RENDA FAMILIAR.....	40

5.2.4	CARACTERÍSTICAS QUE CONFIGURAVAM O PERFIL DE RISCO NA ÉPOCA DE INGRESSO NO TRABALHO.....	41
5.2.5	IMPORTÂNCIA DO INGRESSO NO TRABALHO PARA O ADOLESCENTE	42
5.2.6	AUTOPERCEPÇÃO (ANTES E DEPOIS DO INGRESSO NO TRABALHO).....	43
5.2.7	PERSPECTIVA DE FUTURO (ANTES E DEPOIS DO INGRESSO NO TRABALHO).....	44
6	CONCLUSÃO	45
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
	ANEXO 1 - Roteiro da entrevista realizada antes da inserção no trabalho.....	51
	ANEXO 2 - Roteiro da entrevista realizada depois da inserção no trabalho.....	53

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma população jovem bastante numerosa, quantitativamente superior à população adulta ou infantil. Grande parte desta população vive em favelas, cortiços e outros aglomerados habitacionais, convivendo com o crime, a droga e outras condições subumanas de vida. Nos últimos anos, o Governo e organizações não-governamentais têm se preocupado com o encaminhamento desses jovens, tentando evitar que eles passem a integrar grupos comprometidos com o crime ou que, em consequência de suas ações, sejam recolhidos em instituições corretivas, onde o aprendizado do comportamento socialmente reprovável se dá de maneira sistemática e rápida. Esses jovens são considerados adolescentes com perfil de risco pessoal e social e pouco se tem pesquisado sobre sua situação.

O interesse em estudar o impacto da inserção de adolescentes com perfil de risco social e pessoal no mercado formal de trabalho surgiu da experiência da autora em programas de profissionalização e inserção no trabalho direcionados a este público.

O trabalho adolescente vinculado a tais programas possui características próprias, das quais uma se destaca como a principal: o enfoque sócio-educativo, ou seja, as exigências relativas ao desenvolvimento pessoal e social do sujeito prevalecem sobre o aspecto produtivo da atividade laboral.

Os adolescentes que fizeram parte deste estudo estavam vinculados ao Programa Geração de Trabalho da Associação Municipal de Assistência Social – AMAS.

A AMAS, criada em 1979, é uma entidade filantrópica que exerce uma função complementar às ações do governo municipal no que diz respeito à área de proteção da infância e adolescência. O Programa Geração de Trabalho é um dos diversos programas mantidos pela entidade e visa a promover a cidadania e a capacitação profissional, através da inserção de adolescentes no mercado formal de trabalho. Este programa, quando implantado em 1993, atendia a 10 adolescentes e hoje atende a 400 jovens com idade entre 16 e 18 anos e perfil de risco pessoal e social. Tal perfil caracteriza-se por doença ou invalidez dos pais e familiares, orfandade, moradia precária e ou em área de risco, uso de drogas ou envolvimento com tráfico (adolescente/família), o próprio adolescente ou outro membro da família com trajetória de vida nas ruas, cumprimento de medida de Liberdade Assistida, vítima de violência psicológica, física ou sexual e condição econômica precária.

Através de parcerias com o setor público e privado, os adolescentes são encaminhados ao trabalho. A equipe técnica da AMAS, composta por profissionais e estagiários de várias áreas das Ciências Humanas, tem como objetivo fornecer um suporte às equipes das instituições parceiras, as quais se encontram diretamente com o adolescente em seus locais de trabalho. O acompanhamento contínuo realizado por estas equipes visa a tratar as questões que surgem no percurso desta inserção, questões essas de diversas ordens como sexualidade, profissionalização, conflitos familiares, relacionamento interpessoal, entre outras e são abordadas de acordo com a demanda grupal ou individual. O público atendido sofre as consequências da ausência de políticas sociais básicas. Toda a atuação se pauta na defesa dos direitos do adolescente de maneira que se permita a ele a construção e a apropriação de um saber sobre o trabalho e a preparação para a vida pessoal e profissional. Após o ingresso no programa e início do processo de acompanhamento, possibilita-se ao adolescente a construção de uma nova trajetória pessoal e profissional, sendo-lhes conferidas oportunidades de exercício pleno de sua cidadania.

Até o presente momento, as avaliações do impacto da inserção dos adolescentes assistidos são obtidas através de retornos informais fornecidos pelos próprios jovens ou familiares, através de cartas, telefonemas e conversas.

Grande parte dos adolescentes que participam deste tipo de programa possui um histórico de envolvimento com tráfico de drogas e aqueles que ainda não possuem essa trajetória sofrem de maneira muito forte o assédio no intuito de se envolverem. Alguns conseguem se desvincular totalmente, mas outros abandonam os programas por dificuldades impostas pelo exercício do tráfico.

Durante todo o período de trabalho desenvolvido pela autora, o acompanhamento dos adolescentes trouxe inquietações e tornou-se forte motivador para o estudo realizado nesta monografia. Muitas vezes, adolescentes em processo de envolvimento com o tráfico de drogas optam pelo ingresso no mercado formal no intuito de construírem uma vida diferente. Mesmo com todas as dificuldades advindas de suas trajetórias, alguns conseguiram dar conta dos limites e desafios que o cotidiano do trabalho e o programa lhes impôs, como a assiduidade, a pontualidade, a produção, a frequência escolar, o relacionamento com colegas e demais funcionários da empresa.

Diante do exposto, as questões que nos colocamos são as seguintes: qual a influência do programa sobre a autopercepção e sobre as perspectivas desses adolescentes? A participação no programa tem produzido mudanças? Quais?

O objetivo geral deste estudo é, portanto, avaliar o impacto que a inserção em programas sócio-educativos exerce sobre a subjetividade de adolescentes com perfil de risco pessoal e social. Tal objetivo desdobra-se, neste trabalho, nos seguintes objetivos específicos:

- Analisar o perfil dos adolescentes, avaliando sua autopercepção e as perspectivas de futuro por eles apontadas;
- Avaliar a influência do programa sócio-educativo sobre a autopercepção e a perspectiva de futuro desses jovens.

A fim de atingir esses objetivos, realizou-se um estudo exploratório que poderá servir de suporte e fornecer subsídios para outras investigações e intervenções, as quais visem complementar as propostas de atenção ao adolescente trabalhador. Tal escolha justifica-se pelo fato da realidade pesquisada ser pouco conhecida. Os aspectos que foram observados foram de difícil mensuração e os dados quantitativos escassos. O estudo exploratório realizado compõe-se de técnicas qualitativas que, segundo Van Maanen, são aquelas que “procuram descrever, decodificar, traduzir e, por outro lado, chegar a uma conclusão quanto ao significado, não à frequência, de certos fenômenos do mundo social”¹. Constituem métodos flexíveis e “em geral aplicáveis a pequenas unidades amostrais”². Segundo Colwell³, para que tais pesquisas alcancem seu objetivo, alguns cuidados devem ser tomados:

- o objetivo da pesquisa não pode ser quantificar ou estabelecer relações entre as variáveis, mas sim analisar intensa e profundamente os significados dos fenômenos;

¹ MAANEM, J.van. Reclaiming qualitative methods for organizational research a preface, In: qualitative Methodology, p 9.

² SYKES, W. Validity and reliability in qualitative market research: a review of the literature. Journal of the Market Research Society, v. 32 (3): p. 289, 1990.

³ COLWELL, J. Qualitative market research: a conceptual analysis and review of practitioner criteria, Journal of the Marketing Research Society, v. 32 (1): p 14.

- a pesquisa deve buscar a qualidade, deve estar preocupada com o porque das coisas, acima de tudo;
- o sucesso deve estar vinculado à qualidade do informante, que deve ser escolhido com o maior grau de precisão.

O instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa foi a entrevista semi-estruturada, que teve como objetivo permitir a obtenção do máximo de informações sobre o impacto da inserção dos adolescentes com perfil de risco em programas sócio-educativos sobre suas subjetividades, permitindo unir as informações fornecidas com as observações relacionadas à postura e expressão não-verbal.

Para Ludke⁴, a entrevista semi-estruturada é entendida como aquela “que se desenrola a partir de um esquema básico, porém, não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações.” Assim sendo, tem-se um roteiro que servirá de guia para o entrevistador, de modo que todos os assuntos pertinentes à pesquisa sejam abordados, com os entrevistados livres para colocarem suas dúvidas e, enfim, para responderem às perguntas do entrevistador.

A interpretação dos resultados foi feita mediante análise de conteúdo. De acordo com Bardin (1979, p 31)⁵, a análise do conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. “Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos, ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicações muito vasto: as comunicações”.

O rigor e a intenção de revelar o que está oculto nas mensagens são as duas principais características da análise, que propõe:

- a ultrapassagem da incerteza: a leitura deve ser válida e generalizável, partilhada por todos;
- o enriquecimento da leitura: a leitura atenta tem como objetivo aumentar a produtividade e a pertinência pela descoberta de conteúdos e estruturas que

⁴ LUDKE, M. Pesquisa em educação: abordagem qualitativa. São Paulo: EPU, 1981, p. 36.

⁵ BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: edições 70, 1979.

confirmam o que se procura demonstrar, ou pelo esclarecimento de significações susceptíveis de conduzir a uma descrição de mecanismos que inicialmente não se detinha a compreensão.

O que se busca com a análise de conteúdo é estabelecer uma correspondência entre as estruturas semânticas ou lingüísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados. O fundamento da análise reside na articulação entre a superfície dos textos, descrita e analisada (pelo menos alguns elementos característicos) e os fatores que determinaram estas características (deduzidos logicamente).

Este trabalho foi estruturado do seguinte modo:

- Capítulo I:

Trata a questão da adolescência, usando como referencial a teoria Sócio Histórica.

- Capítulo II:

Aborda a construção social da subjetividade, utilizando a abordagem Sócio Histórica.

- Capítulo III:

Discute a inserção de jovens no mercado de trabalho e a história do trabalho de adolescentes no Brasil.

- Capítulo IV:

Apresenta o estudo exploratório.

- Capítulo V:

Apresenta a conclusão do trabalho.

CAPÍTULO I

2 A ADOLESCÊNCIA

2.1 O Desenvolvimento do Conceito de Adolescência

Os primeiros dados existentes na história sobre o comportamento do adolescente e da sociedade em relação aos jovens desta faixa etária foram constatados em povos primitivos através da iniciação ritual. Os ritos de iniciação possuíam a função de promover a mudança de status do indivíduo que ingressaria na vida adulta. O adolescente se encontrava num processo de redefinição identitária através de atos simbólicos: mutilações físicas, mudança de nome, ritos de morte e nascimento, iniciação nos segredos da tribo, entre outros. Tais ritos também tinham como função preparar o adolescente para a vida; representavam uma espécie de escola e através dos ensinamentos sobre os costumes e segredos tribais, o adolescente era treinado e seu caráter moldado para o enfrentamento da vida adulta. Este era um processo rápido de transição, sem a presença de um período intermediário. As leis e tradições tribais representavam um ideal de educação para os adolescentes, o qual era personificado nos modelos adultos.

Apesar de curta duração, a adolescência nas culturas primitivas era encarada como um fenômeno de grande importância sócio-cultural, em torno do qual todo o grupo de adultos se mobilizava na participação dos rituais. A autoridade dos pais era insuficiente para garantir a educação social integral e os ritos de iniciação representavam o nascimento de uma nova personalidade, diferente da infantil.

Até o século XVIII, o adolescente dos burgos deixava a família para viver em outra unidade doméstica, antes de se casar. Nesse lugar, o rapaz ganhava semi-autonomia e responsabilidade através do trabalho e da obediência às regras. Já para as moças, o destino reservado era o casamento.

O termo adolescência vem do latim e significa ad = para + olescere = crescer: crescer para (a maturidade). O termo surgiu durante o século XIX, com a Revolução Industrial, quando o controle da família sobre os adolescentes foi se prolongando até a idade do casamento. Vários fatores contribuíram para a permanência do adolescente no lar. A partir do século XVIII, a industrialização trouxe a separação entre o espaço de produção e reprodução.

A divisão do trabalho substituiu as atividades individualizadas e manuais por atividades que passaram a ter lugar nas fábricas, distanciando o trabalhador do espaço familiar. Assim, o adolescente passou a permanecer mais tempo junto à família, preparando-se para a vida de profissional adulto, só saindo de casa para se casar. As profissões ligadas aos aprendizes de ofícios também entraram em declínio e a escolaridade foi se estendendo progressivamente.

As tradições seculares que regiam as famílias tinham como imperativos principais assegurar a linhagem e fazer frutificar os bens legados por herança. A família moderna, fechada na vida privada, se concentrava nas tarefas educativas: assegurar a promoção social dos filhos e perpetuar seus valores. Instaure-se então a adolescência, período entre a infância e a idade adulta, durante o qual o indivíduo vive com os pais. A adolescência nasce concomitante à família contemporânea, que tem como característica o controle sobre o jovem e a diminuição da sua independência.

2.2 O Desenvolvimento Biológico na Adolescência:

Do ponto de vista biológico, a adolescência é marcada pelo crescimento físico acelerado e desarmônico, pela maturação sexual e pelo aparecimento de caracteres sexuais secundários. Trata-se de uma fase do desenvolvimento que só pode ser observada na espécie humana.

Faz-se necessária a distinção entre puberdade e adolescência. Puberdade é um processo biológico, durante o qual se dá a completa maturação do sistema hormonal e do sistema nervoso. Já a adolescência é um processo biológico, social, iniciado na puberdade, mas não sujeito aos limites da maturação biológica. A idade de início da adolescência varia conforme determinantes genéticos, culturais e psicológicos. As dificuldades emocionais podem acelerar ou retardar o crescimento físico e a maturação sexual. As exigências culturais podem ampliar a duração da adolescência ou até mesmo suprimi-la.

A puberdade é caracterizada pelo início da atividade hormonal, comanda pelo sistema nervoso central. As principais conseqüências desse processo são o aumento da elaboração dos hormônios adrenocorticais e sexuais e a produção de óvulos e espermatozoides. Os hormônios adrenocorticais são responsáveis pelas mudanças fisiológicas e anatômicas: desenvolvimento de caracteres sexuais primários e secundários, modificações no tamanho, peso, proporções do corpo e desenvolvimento muscular, alterações da força, da coordenação e da habilidade. A puberdade produz profundas alterações nos órgãos ligados à cópula e reprodução, que são os

caracteres sexuais primários. Os caracteres secundários são os traços físicos distintivos de masculinidade e feminilidade como: altura, tamanho dos músculos e quadris, largura dos ombros, tamanho dos seios, gordura, distribuição dos pêlos, alteração na voz, etc. Vários critérios são adotados para determinar a idade de início da puberdade. Nos meninos, os pêlos do púbis começam a crescer e os testículos a aumentar de tamanho, geralmente entre 12 e 16 anos, ao passo que o desenvolvimento do pênis e a primeira ejaculação costumam ocorrer entre os 13 e 17 anos. Nas meninas, o crescimento dos seios e dos pêlos púbicos ocorrem, em média, entre os 10 e 11 anos e a menstruação se inicia, em média, entre 11 e 13 anos. A pubescência das meninas é mais adiantada, pois desde que nascem, seu desenvolvimento fisiológico é precoce em relação ao dos meninos.

As diferenças observadas no desenvolvimento de meninos e meninas decorrem de três fatores:

- os hormônios sexuais diferentes em cada sexo produzem um crescimento diferenciado de algumas partes do corpo. Nos meninos, alargam-se os ombros e nas meninas alargam-se os quadris;
- na pré-puberdade, as extremidades inferiores crescem mais depressa do que as vértebras e o crescimento mais prolongado nos meninos permite o desenvolvimento de pernas mais compridas em relação ao tronco;
- desde o nascimento, algumas partes do corpo possuem um índice de crescimento mais elevado num sexo. Os homens, por exemplo, possuem o antebraço mais comprido, em relação ao braço, do que as mulheres.

O aparecimento no indivíduo de características do sexo oposto nem sempre indica disfunção hormonal, pois em ambos os sexos estão presentes hormônios femininos e masculinos e há momentos em que o organismo produz quantidades maiores do hormônio específico do sexo oposto.

Existe uma estreita relação entre as características biológicas e psicológicas já que a percepção do próprio corpo é determinante da emergência de alguns comportamentos. Com as transformações sofridas no corpo, o adolescente tem que construir uma nova auto-imagem corporal, em substituição à imagem corporal da infância.

O processo de formação da auto-imagem corporal geralmente é conturbado, pois as modificações físicas acontecem de forma contínua, obrigando então, o adolescente a

modificar constantemente sua auto-imagem. O adolescente, nessa construção, também sofre a influência de fatores internos e externos como: preconceitos, níveis de aspiração, questões pessoais, padrões culturais, etc. De acordo com DOTTI (1973):

Quando ocorre um ajustamento entre a auto-imagem e a imagem corporal idealizada, isto é, quando o adolescente tem consciência de ser fisicamente atraente, elegante, isento de defeitos, geralmente experimenta segurança, autoestima, auto-confiança, vivência social desinibida, otimismo frente à vida e outras situações semelhantes. Quando, ao contrário, não há ajustamento da auto-imagem e da imagem corporal idealizada, isto é, quando a imagem idealizada é colocada em nível muito elevado em relação à auto-imagem corporal, inculcando no adolescente, como consequência, conceitos de deselegância, de deficiência física, de feiúra, etc., o indivíduo provavelmente adotará atitudes negativas tais como timidez, pessimismo, insegurança, auto-desconfiança, menos valia da própria pessoa. (DOTTI, 1973, p.227)

As manifestações sexuais iniciais do adolescente surgem de maneira difusa, não diferenciada de seu conjunto vivencial. Revela-se, antes, através de outros comportamentos e atitudes. Torna-se sonhador, indócil, com humor oscilante, impaciente, irritado, exaltado, etc. Posteriormente, a sexualidade passa a centralizar os interesses, desejos e preocupações do adolescente, rompendo o equilíbrio psíquico. Com o passar dos anos, o impulso sexual, embora forte, é amenizado pela maior capacidade de autocontrole e surgimento de outros valores que canalizam suas energias.

Existem várias diferenças psicosexuais entre meninos e meninas. Uma delas é a questão da valorização dos órgãos genitais. Normalmente os rapazes lhe dão maior importância pelo fato de serem externos, facilmente visíveis e por possuírem a ideia de tamanho ligada à virilidade e potência. Já a menstruação, preocupa as meninas, pois é indicadora de maturidade e fertilidade.

Os caracteres sexuais secundários (estatura, musculatura, tamanho dos seios, etc.), por constituírem fortes motivos de atração sexual, tornam-se muito importantes.

A natureza do impulso sexual é um dos fatores que difere a sexualidade masculina da feminina na adolescência. No sexo masculino, o impulso sexual é específico e localizado nos órgãos genitais, no feminino, geralmente, o impulso é mais difuso.

2.3 Concepções Psicológicas da Adolescência:

Uma revisão crítica à concepção de adolescência na Psicologia nos mostra que a idéia predominante é a de universalização dos conflitos e crises desta fase. Segundo OZELLA (2002):

... desde o início do século, quando Stanley Hall identificou este momento da vida como uma etapa marcada por tormentos e perturbações vinculadas à sexualidade, condição reforçada pelas leituras psicanalíticas, esta concepção ficou indelevelmente impregnada na definição dos adolescentes por livros, teorias, a mídia, profissionais da área de Ciências Humanas e incorporadas pela população e pelos próprios adolescentes. (OZELLA, 2002, p19).

Descreveremos a seguir, de forma resumida, a concepção de adolescência norteadada pela visão liberal do homem e, logo a seguir, a concepção Sócio Histórica, escolhida como orientadora do presente estudo.

2.3.1 A Visão Liberal da Adolescência:

De acordo com esta visão, o homem é concebido a partir da idéia de natureza humana, como dotado de potencialidades naturais. A sociedade, em relação ao homem, é considerada como algo externo. O fenômeno psicológico surge como algo íntimo e privado, pertencente à sua essência. A seguir, seguem-se algumas alterações que são tidas como universais nesta etapa da vida.

Como foi realçado nos parágrafos anteriores, as mudanças da puberdade são acompanhadas pelas mudanças na personalidade, as quais nem sempre se revelam no comportamento manifesto. As maneiras de enfrentamento destes acontecimentos variam bastante. As profundas mudanças corporais vivenciadas pelo adolescente abalam a consistência da imagem corporal construída na infância. A maturidade física que se impõem ao adolescente traz consigo a necessidade da reconstrução de sua representação corporal. As alterações psíquicas se iniciam pelas novidades físico-morfológicas, que determinam o sentimento de angústia e ansiedade no adolescente. As desproporções temporárias podem ser sentidas como permanentes e, mais na adolescência do que em outros períodos de desenvolvimento, a representação do corpo é perturbada por distorções físicas e imaginárias.

Com a tomada de consciência de si e a descoberta de seu mundo interior, o adolescente vive modificações de percepção e julgamento de estímulos internos. Esse processo o leva á reflexão, fazendo com que se isole muitas vezes.

Os conflitos típicos dessa fase originam-se muitas vezes do desenvolvimento do espírito crítico, em decorrência da maturidade mental que se processa nessa idade.

A adolescência pode ser dividida em duas fases. A primeira corresponde ao surgimento de fortes impulsos agressivos e eróticos que geram a necessidade de expressá-los. Tais impulsos geram fantasias e emoções sexuais que, conseqüentemente, vêm acompanhados por sentimentos de prazer, culpa, vergonha e confusão. Os repetidos aparecimentos desses impulsos ameaçam o equilíbrio emocional e na tentativa de mantê-lo o adolescente precisa gastar energia em excesso, podendo apresentar rigidez, perda da espontaneidade e inibição das faculdades intelectuais. Essa primeira fase costuma encerrar-se aos dezesseis anos. A segunda fase é caracterizada por equilíbrio emocional maior, proporcionado talvez pela maior estabilização dos processos biológicos e pelo melhor funcionamento do ego, que menos ameaçado já domina alguns impulsos. Nessa segunda fase, devido à maturação biológica, desenvolve-se o pensamento abstrato, que permite o raciocínio e a argumentação. São comuns os questionamentos religiosos, políticos, sociais e comportamentais. O adolescente começa a lidar com seus impulsos, mais através de fantasias e do pensamento do que através de atos impulsivos ou da inibição. A oscilação de humor, acompanhada pelas explosões temporárias, ocorre devido à alternância de episódios de comportamento perturbado e períodos de quietude. Tais episódios ocorrem quando os impulsos e as necessidades instintuais prevalecem em relação aos controles.

Com as transformações fisiológicas e o desenvolvimento do espírito crítico tem-se um aumento da emotividade. A emoção vem à tona devido ao bombardeio de estímulos internos e externos e alterações hormonais.

É na adolescência que se estrutura a inteligência lógico-abstrata. O indivíduo capacita-se para a abstração qualitativa. Passa a definir idéias, compreender o sentido de conceitos qualitativos, abstratos e a interpretar símbolos. Através do raciocínio lógico-formal, a inteligência supera a realidade e penetra no mundo do possível. Isso pode ser observado, por exemplo, através da capacidade de entendimento da álgebra ou da visão crítica das informações religiosas e políticas.

A generalização, que é a capacidade de lidar com classes ou categorias de pensamento é outra função adquirida. Na adolescência é que se adquire uma compreensão do tempo, através do entendimento da idéia de passado e futuro mediato e imediato, do passado histórico e da previsão e planejamento futuros. Com o desenvolvimento das capacidades de lidar com

as categorias intelectuais, o adolescente tem seu mundo enriquecido, não só pela realidade exterior, mas também pela descoberta de seu mundo psíquico.

Segundo DOTTI(1973), “o adolescente, principalmente aquele que teve oportunidade de desenvolver o senso crítico e a consciência de liberdade pessoal, sente necessidade de submeter à prova toda cultura tradicional.”

A fantasia, que é uma capacidade própria da inteligência, define-se como capacidade de representar sensivelmente, através de imagens ou símbolos. Tem como principal função representar as experiências sensoriais e perceptivas de objetos, conferindo-lhes formas novas e originais. Através da fantasia, combinam-se imagens independentes e dissociadas, estruturando-se enredos originais e planos de ação organizados.

Uma das questões fundamentais da adolescência é o desejo de independência em relação à tutela parental. A substituição progressiva da família por outros agentes de socialização é fator gerador de conflitos. O adolescente questiona os princípios familiares, ora afirmando-os, ora negando-os. Vivencia o desejo de independência, mas também a nostalgia da infância que se foi, desejando apoio e proteção. A elaboração e a intensidade dos conflitos vão depender de inúmeros fatores: da qualidade do processo de desenvolvimento dos primeiros anos, da estabilidade nos afetos, da quantidade de gratificações e frustrações e da gradual adaptação às exigências ambientais. Apesar dos conflitos com os pais, presentes na maior parte dos adolescentes, esta fase de transição para a vida adulta efetua-se sem traumatismos aparentes. Ambas as partes pactuam com as exigências do crescimento. Percebe-se que, quando existem conflitos acentuados, estes não se referem especificamente à experiência adolescente, mas se inscrevem numa história infantil também conflituosa, já marcada por perturbações, como superproteção ou carência afetiva.

Em nossa sociedade, a busca pela autonomia se evidencia pela substituição dos pais, que são os primeiros agentes de socialização, pelo grupo de colegas da mesma idade. O adolescente busca o grupo por nele sentir segurança e identificação com seus membros, fortalecendo assim sua personalidade, num convívio onde exercita a discussão, aceitação, imposição e sugestão. As relações estabelecidas dentro do grupo representam um protótipo das interações que, quando adultos, eles realizarão no plano social, profissional e sexual. O grupo atua como substituto dos pais na busca pela autonomia, como referência no que diz respeito à identificação sexual e referência de regras. Proporciona ao indivíduo a oportunidade de se reconhecer, refletir sobre seus valores, construir uma representação de si mesmo na

medida em que oferece situações nas quais deve assumir riscos ou se confrontar com realidades competitivas. Cada grupo constitui uma “cultura” adolescente. Possui uma linguagem, costumes, filosofia, métodos de resolução de problemas, etc. Apesar do grupo possuir suas regras, o adolescente se sente livre das imposições familiares, podendo expressar sua agressividade e dar vazão a comportamentos anti-sociais. O grupo exerce uma grande influência no comportamento do adolescente, mas não é determinante. Os fatores sociais e pessoais devem ser considerados, porém quanto mais conflituosa for a relação parental, mais vulnerável à influência grupal estará o jovem. A ruptura com os pais não se dá totalmente, pois o adolescente alterna os grupos (família e colegas) como fonte de referência nas escolhas da conduta. Onde os valores culturais são estáveis e as decisões implicam conseqüências a longo prazo, os adolescentes tendem a conformar-se com as normas familiares. O grupo de colegas serve de referência no momento de tomar decisões com conseqüências imediatas, onde valores sociais e culturais são mutáveis.

2.3.2 Visão Sócio Histórica da Adolescência:

Na visão Sócio Histórica o homem é considerado ser histórico, com características forjadas pelo tempo, pela sociedade e pelas relações. O homem é um ser que constrói suas formas de satisfação das necessidades e faz isso com os outros homens. A relação do indivíduo com a sociedade é considerada dialética, pois o homem se constrói ao construir sua realidade. As reflexões sobre a realidade, ações e projetos coletivos são consideradas condições básicas para a saúde do indivíduo. A saúde psicológica então, é vista como uma possibilidade de transformação da realidade.

A Psicologia Sócio Histórica fundamenta-se nas posições teóricas e metodológicas da concepção materialista histórica dialética de homem e de mundo. Esta vertente teórica surgiu na União Soviética, durante a primeira metade do século XX, no intuito de, a partir do referencial marxista, oferecer uma reconstrução à ciência psicológica. Seu autor principal foi Vigostky, seguido por seus discípulos Luria e Leontiev. Esta visão nega a concepção de natureza humana que considera o indivíduo autônomo, independente das relações e determinações sociais, econômicas e políticas estabelecidas na sociedade na qual se encontra inserido. Os indivíduos, na orientação Sócio Histórica, são concebidos como seres construídos histórica e socialmente, a partir das relações que estabelecem com o meio e com os homens. Assim, o homem visto como ser histórico, é constituído, com o passar do tempo, pelas relações sociais e pelas condições sociais e culturais vigentes à sua época. O homem não é

visto como dotado de uma natureza humana. Segundo a Psicologia Sócio Histórica o ser humano se apropria da produção histórica da humanidade em sua atividade, nas relações com o social e com os homens, a partir do que pode transformar essa história e essa realidade. Quando nasce, no contato com o mundo material, o homem se humaniza, se apropria do que está contido em seu meio cultural e social, que é resultado da atividade de gerações anteriores. Este processo não se dá de forma passiva, apenas pela absorção da realidade; é um movimento constante de subjetivação da realidade que o torna único. Ao se humanizar, o homem deposita seu desenvolvimento em instrumentos culturais, que serão apropriados pelas gerações subseqüentes. Assim, de acordo com BOCK e LIEBESNY (2002, p 208) “... em um movimento ininterrupto, os homens vão criando a humanidade e ao se objetivarem no mundo material o humanizam, permitindo que novas gerações se apropriem dela”. A consciência, construída social e historicamente, não é estática, mas está em constante movimento e construção.

A principal tarefa da Psicologia, na perspectiva Sócio Histórica, é a busca do indivíduo na sua singularidade, internalizando e expressando sua condição histórica e social, a ideologia e as relações vividas.

Na Psicologia Sócio Histórica, a adolescência não é considerada um período natural no desenvolvimento humano, mas sim uma representação, um fato social e psicológico, consoante à constituição Sócio Histórica do psiquismo humano. A adolescência foi constituída pelos homens em suas relações sociais. Para esta teoria, só se pode compreender um fato a partir de sua inserção na totalidade onde foi produzido. Ao longo da história, a adolescência adquiriu diferentes configurações. Até o século XVIII, o indivíduo passava para a condição de adulto sem passar pelas etapas consideradas, posteriormente, como próprias da adolescência. A partir do século XIX, a adolescência passou a ser diferenciada através de características específicas. Essa concepção se diferencia de outras como a Psicanálise que através de alguns autores introduziu a Síndrome Normal da Adolescência, caracterizada por uma vasta sintomatologia. Nessas concepções, a adolescência possui um caráter universal, é considerada inerente ao desenvolvimento humano e é carregada de conflitos naturais. Para a Psicologia Sócio Histórica, a adolescência não é vista como uma fase natural do desenvolvimento humano, pois nem sempre existiu. Constituiu-se historicamente a partir de exigências sociais e suas características foram desenvolvidas a partir de relações sociais com o mundo adulto e com as condições históricas nas quais ocorreu seu desenvolvimento. A adolescência é uma fase do desenvolvimento típica da sociedade moderna ocidental, já que

advém das exigências feitas ao adulto, as quais requerem um preparo do indivíduo. Várias condições que determinam a adolescência têm sido ignoradas pela Psicologia, que prefere buscar fatores internos para caracterizá-la.

As revoluções industriais foram o marco das transformações que resultaram na consideração da adolescência como uma fase diferenciada. As formas de vida e trabalho modificaram muito; se sofisticaram com a tecnologia e passaram a exigir maior tempo de formação nas escolas, o que afastava os jovens do mercado. O avanço do conhecimento científico aumentou a perspectiva da vida humana, o que criou a necessidade do homem se manter mais tempo trabalhando, produzindo a sobrevivência. Manter a mão-de-obra jovem na escola foi a solução encontrada. Um maior período na escola e o distanciamento da família provocam a aproximação do grupo de iguais que, por identificação, se constitui como um novo grupo social. O corpo se desenvolve biologicamente e suas marcas são tomadas como sinais, não como geradores da adolescência. Os jovens, com condições de inserção no mundo do trabalho, com cognição e afetos desenvolvidos, se apropriam do mundo adulto, podendo então ocupar um lugar nele, mas isso não ocorre. A contradição entre as condições que possuem e a falta de autorização para ingresso no mundo adulto será responsável pelo surgimento de muitas características conhecidas como próprias da adolescência, tais como: rebeldia, indefinição da identidade, conflito geracional e onipotência.

Atualmente, a tecnologia, que é dominada mais pelos jovens que pelos adultos, é fonte de mudança na inserção desses jovens na história da adolescência, já que esse domínio modifica seu lugar na sociedade. Modifica-se também a forma de inserção e o modelo a ser tomado como referência pelos adolescentes para se constituírem.

Portanto, para BOCK e LIEBESNY (2002)

... a construção da identidade do sujeito é um processo contínuo, fruto de sua pertinência ao grupo social em que concretiza suas relações de produção de si mesmo e da realidade na qual se insere. O projeto de vida de um sujeito contém, portanto, as possibilidades criadas nessas relações: embora se referindo a um futuro, é no presente que são construídas suas formas, estas têm, por limite, a amplitude que a realidade presente lhes confere. (BOCK e LIEBESNY, 2002, p. 212).

Segundo OZELLA (2002) é necessário abandonar a visão da adolescência como fase caracterizada por comportamentos estereotipados que não correspondem aos fatos e ao adolescente concreto. Isso pode caracterizar uma profecia auto-realizadora que leva os jovens

a se comportarem de maneiras determinadas para se adaptarem às expectativas da sociedade. Este mesmo autor levanta considerações no intuito de indicar novas formas de lidar com o fenômeno em questão:

- superar a tentação de unir velhos modelos a novos dados, muitas vezes contraditórios;
- superar as propostas que ressaltam o caráter de crise, não representativo da maioria dos adolescentes;
- estudar a adolescência interligada com outras fases da vida como um contínuo e não necessariamente interrompida de forma radical;
- romper o caráter de passagem crítica, ritualista e fornecer progressivamente conhecimento, habilidades e técnicas que ajudem o jovem a entender e assimilar suas próprias mudanças.

CAPÍTULO II

3 A SUBJETIVIDADE E SUA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Como este trabalho realça a importância da inserção social para o desenvolvimento da consciência de si e da consciência social, uma reflexão sobre a subjetividade se torna indispensável.

A principal característica do momento em que a Psicologia passa a ser considerada ciência foi a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista e esta mudança implicou em novas concepções de mundo e de homem presentes na modernidade. O momento em que o homem passa a ser afirmado como sujeito implica a construção da noção de subjetividade.

A modernidade, entendida como conjunto de idéias e concepções que representam o modo de produção capitalista, afirmou o sujeito de maneira contraditória, afirmou-o como individual, racional, natural e como social, ativo e histórico. A compreensão destas contradições, norteadora deste capítulo, fundamenta-se numa noção materialista-dialética da história, que concebe a subjetividade como um processo contraditório, produto da ação dos homens, em sociedade, para a construção de sua própria existência.

Tal fundamento metodológico permite compreender a questão epistemológica da relação sujeito-objeto de maneira a superar a dicotomia entre subjetividade e objetividade presente nos diferentes métodos surgidos na modernidade. (GONÇALVES, 2001, p. 38).

A noção de conhecimento também se modifica e busca-se um método para elucidar uma nova questão que surge: a da relação entre homem que conhece, que é o sujeito e o objeto de conhecimento, externo e independente deste sujeito, mas que deve ser conhecido e dominado por ele.

3.1 A noção de sujeito e subjetividade na modernidade

A historicidade das experiências humanas se constitui como principal referência de análise da Psicologia Sócio Histórica. A experiência humana pode ser conceituada como toda atividade realizada socialmente pelos homens, como forma de atender às suas necessidades, produzindo, desta forma, sua existência. Tal concepção parte das categorias de trabalho e

relações sociais, para situar o homem em sua história. Este se constitui historicamente enquanto homem, transformando a natureza em sociedade, produzindo assim, sua existência. O homem produz bens materiais (objetos) e bem espirituais (idéias). As idéias modificam, orientam e desenvolvem as ações humanas, mas também são modificadas. Tal relação ocorre de forma dialética, expressando a unidade contraditória entre real e racional, na perspectiva materialista. A noção de sujeito produzida pela modernidade também é exemplo desta relação.

O homem que surge com o advento do capitalismo é o sujeito livre, sujeito de sua vida. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas põe em relevo o indivíduo, como possuidor de livre arbítrio, capaz de decidir que lugar ocupa na sociedade. Isso é possível já que a nova sociedade se como um mercado no qual todos podem vender e comprar em função de seus próprios talentos. A necessidade de produzir mercadorias impõe aos homens uma participação na sociedade na forma de indivíduos, produtores e/ou consumidores de mercadorias. (GONÇALVES, 2001, p.39).

O liberalismo, produção ideológica burguesa, expressa a ênfase no indivíduo, pregando que todos os homens são livres e iguais e que, apesar disto, possuem interesses próprios. Estas afirmações possibilitam uma nova experiência de subjetividade. A experiência subjetiva torna-se privada, individual e aprofundada. A afirmação do homem como sujeito implica a valorização de sua experiência individual. Porém, o desenvolvimento do capitalismo mostrou que eram ilusões as idéias de liberdade e diferenças individuais. Com o fortalecimento do Estado e o surgimento de grandes indústrias, foi necessário rever as idéias do liberalismo, já que era preciso limitar a liberdade individual e fortalecer o Estado. O sujeito, antes afirmado como individual e livre, passa então, contraditoriamente, a ser negado. A noção de subjetividade privatizada entra em crise, abrindo campo para o desenvolvimento de explicações sobre o sujeito e subjetividade. Nasce, então, nesse momento histórico, a Psicologia enquanto ciência.

As experiências individuais precisam adequar-se às necessidades do Estado, representante do capital e da burguesia. O sujeito, a quem se pregou a possibilidade de ser livre, precisa ser treinado para estar a serviço do capital. O novo conhecimento produzido nesse contexto histórico é um conhecimento de caráter instrumental a ser aplicado. A Psicologia aplicada torna-se então referência, principalmente na indústria e educação, propagando idéias sobre o sujeito e subjetividade. A subjetividade, experiência humana, signo

e conceito teórico, pode mostrar a relação entre a base material e a produção de idéias no movimento histórico.

Como experiência humana, a subjetividade se modifica e aparece de diferentes formas ao longo da história humana; como signo, designa essa experiência, modificando-se juntamente com ela, ao mesmo tempo, permitindo a expressão dessa experiência e transformando-a; como signo que adquire estatuto de conceito teórico, surge no interior do desenvolvimento da ciência na modernidade, mais especificamente com a Psicologia, embora não se explicita como conceito desde o início formal dessa ciência. (GONÇALVES, 2001, p. 41.)

A subjetividade, ao se constituir em conceito teórico, delimita o conjunto de experiências do sujeito, no âmbito do qual se inclui a experiência do conhecimento sobre as próprias experiências subjetivas. O momento histórico que ressalta a importância da subjetividade impõem a necessidade da objetividade do conhecimento. Ambas, subjetividade e objetividade, são afirmadas como importantes. Porém, a não compreensão da unidade contraditória desses dois aspectos implicou limites para a compreensão do conhecimento e do homem até os dias atuais. A modernidade trouxe à tona tais contradições, que contribuíram para a sistematização do pensamento dialético com Hegel e Marx. Tal pensamento apresentou uma nova possibilidade de se pensar a realidade, que passa a ser caracterizada por sua constante transformação, a partir da contradição que encerra. Isto implicou numa nova concepção de sujeito. No materialismo dialético, o homem só se constitui como indivíduo porque é social e histórico. Em oposição ao sujeito individual, racional e natural do liberalismo, encontra-se o sujeito social, ativo e histórico do materialismo histórico e dialético.

3.2 O desenvolvimento da noção de subjetividade na história da Psicologia

A categorial subjetividade expressa-se de formas singulares em cada teoria psicológica que surge. Apesar das especificidades de cada uma, a separação entre a objetividade e a subjetividade é um aspecto comum a todas.

Desde Wundt, fundador da Psicologia, lançam-se a esta ciência os desafios de ser uma ciência objetiva no estudo da subjetividade. O desenvolvimento da Psicologia revela as dificuldades de superação desta questão. A título de exemplificação, pode-se analisar alguns enfoques dados pelas diversas teorias como o Behaviorismo, a Psicanálise e o Cognitívismo. O Behaviorismo estuda o comportamento como único aspecto da subjetividade que pode ser

tomado de maneira objetiva, a Psicanálise enfatiza uma subjetividade revista e submetida ao inconsciente e o Cognitivismo restringe a subjetividade à cognição e submete-a a métodos de estudos objetivistas, aprofundando o reducionismo.

A partir do momento em que objetividade e subjetividade encontram-se separadas, passam a ser considerados como aspectos naturalizados e independentes, que começam, então, a ser vistos como autônomos, dotados de movimento próprio e natural. Nas visões objetivistas e subjetivistas observa-se essa separação. O conhecimento psicológico se constituiu marcado por dicotomias como objetividade e subjetividade, mente e corpo, natural e cultural, razão e emoção, indivíduo e sociedade. A Psicologia, então, depara-se como desafio de estabelecer os mecanismos de interação entre aspectos subjetivos e objetivos. As duas vertentes (objetivista e subjetivista), impõem uma visão de subjetividade comum, que tem influenciado as várias teorias psicológicas. Trata-se de uma subjetividade natural, constituída de maneira individual, no enfrentamento da objetividade. O homem é considerado dotado de capacidades e possibilidades inerentes e cabe a ele a responsabilidade por seu crescimento e saúde psicológica. A partir da crítica à separação entre objetividade e subjetividade, Vigotski surge com uma nova proposta, que parte da consideração da historicidade, onde se inserem os indivíduos como característica fundamental de todas as coisas. Tem-se a possibilidade de abordar a realidade e o homem sob outro enfoque, pois a objetividade e a subjetividade são entendidas como uma unidade de contrários, em transformação constante.

No material histórico e dialético, o homem é social e histórico. Não há um homem universal, não há um homem que se realize individualmente. Há homens concretos, determinados pela realidade social e histórica e, ao mesmo tempo, determinantes dessa realidade através da ação coletiva. (GONÇALVES, 2001, p. 50).

O marxismo representou uma oposição à visão liberal de homem. A Psicologia Sócio Histórica vai propor que o estudo dos fenômenos psicológicos deve ser visto como resultado de um processo de constituição social do indivíduo. O plano intersubjetivo das relações é convertido, no processo de desenvolvimento, no plano intra-subjetivo, ou seja, a subjetividade é constituída através de mediações sociais.

Concluindo, a Psicologia foi produto e, ao mesmo tempo, produtora dos conceitos relacionados com a teoria da subjetividade. Legitimou o sujeito individual e natural. Por outro lado, a Psicologia Sócio Histórica apresentou um sujeito que só se realiza socialmente a partir

do entendimento de sua historicidade. A historicidade que determina é a mesma que fornece condições para uma ação que supera todos os limites da teoria.

3.3 A noção de sujeito e subjetividade na pós-modernidade

A perspectiva histórica fornece subsídios para o entendimento do sujeito como expressão desse momento da história. As novas características do capitalismo, como a acumulação flexível do capital, as modificações das relações de produção, o império das leis de mercado e a supervalorização do consumo provocam o desaparecimento do sujeito. Esse desaparecimento possui caráter ideológico e não pode ser considerado um resultado inexorável do processo humano.

Na modernidade, no auge do desenvolvimento do capitalismo baseado na produção fordista, o sujeito era formado para o trabalho, devia ser um especialista. A pós-modernidade requer outra formação. No momento atual do capitalismo, o trabalho se modifica e o desenvolvimento tecnológico faz aumentar o desemprego estrutural, a exclusão. O sujeito deve então, ser multi-especialista, deve estar apto a trabalhar com qualquer coisa. Não pode, portanto, ser formado no eixo do trabalho, como antes. O domínio do sujeito deve vir do conhecimento, da informação. O símbolo é que passa a ter valor. Tal característica terá consequências importantes para a Psicologia, que deve considerar o signo na produção da subjetividade.

A pós-modernidade valoriza o local, o específico, o individual, mas percebe-se que as individualidades não se realizam plenamente de forma suficiente para garantir a felicidade e emancipação humanas. A pós-modernidade continua representando as contradições que não foram superadas.

O problema da cisão entre objetividade e subjetividade também continua e a perspectiva Sócio Histórica considera que o pensamento dialético traz a possibilidade de superação dessa ruptura, mas isso não se concretizou totalmente na evolução do pensamento de Marx.

A pós-modernidade não propôs uma superação de tais questões e propôs o fim das concepções da modernidade; na visão a-histórica, por se considerar que tudo muda sem necessariamente obedecer a determinações únicas e na visão histórica, pela descrença na utilidade da compreensão sobre sujeito e sociedade. Observam-se, na Psicologia, todos os

elementos da modernidade e pós-modernidade, através da forma como as teorias trabalham a relação entre os signos e a subjetividade.

O caminho proposto por Vigotski é considerar a subjetividade constituída na intersubjetividade, a partir do significado.

Mas o significado, que é social e objetivo, é apropriado pelo sujeito a partir de sua atividade, o que implica uma subjetividade própria de cada sujeito, o que se expressa na atribuição de sentidos pessoais. Os sentidos representariam a síntese entre a objetividade e a subjetividade, já que unificam a atividade do sujeito sobre o objeto, o significado social produzido intersubjetivamente e que representa a atividade sobre o objeto e a subjetividade na sua dimensão emocional (subjetiva) e ativa (objetiva). (GONÇALVES, 2001, p.72)

O sujeito da concepção Sócio Histórica constitui-se na relação. Produz significados e além de significar, vivencia, experimenta e age e, neste sentido, tem sua subjetividade. A Psicologia Sócio Histórica recupera a idéia de um sujeito processual e histórico.

3.4 A gênese do psiquismo do homem moderno e a subjetividade na Psicologia Sócio Histórica

No intuito de dissertar sobre a constituição do psiquismo utilizando a abordagem Sócio Histórica, faz-se necessário retomar os três autores russos que fundamentaram esta corrente: Alexandr Romanovich Luria, Aléxis Nicolaiovich Leontiev e Lev Sminovich Vigotski.

Luria enfatiza a necessidade de buscar as origens da vida consciente e do comportamento nas condições externas da vida social e nas formas histórico-sociais da existência do homem. A Psicologia tem como objeto o reflexo do mundo externo no mundo interno.

A Psicologia Sócio Histórica apresenta o problema da origem da atividade consciente do homem a partir de posições inteiramente distintas: as peculiaridades da forma superior de vida, genuína e exclusiva do homem, devem ser buscadas na conformação sócio histórica da atividade vital, relacionada ao trabalho social, ao uso de ferramentas e ao aparecimento da linguagem. Portanto, as raízes do surgimento da consciência do homem não devem ser procuradas na singularidade da “alma” ou nos recônditos de seu organismo, mas nas condições sociais da vida historicamente constituídas. (FURTADO, 2001, p77).

Segundo Luria, a conduta não é determinada por objetivos instintivos diretos nem por motivações biológicas. A atividade humana, caracterizada pelo trabalho social e sua divisão

de funções, origina novas formas de comportamento. A atividade manufatureira, por exemplo, produz uma reestrutura cardinal de todo o sistema de comportamento. A satisfação animal guia-se pela satisfação imediata de uma necessidade e, no homem, a atividade adquire um caráter complexo. A satisfação de suas necessidades passa a ser mediada por atos que antecipam o resultado final e que estão ligados à estrutura da atividade, produzindo uma forma cada vez mais complexa e maior de atividades consciente. A linguagem, para Luria, é um outro fator decisivo que determina a passagem da conduta animal à atividade consciente do homem. O sistema de códigos teve crucial importância no desenvolvimento ulterior desta atividade. O aparecimento do instrumento de trabalho está ligado ao aparecimento da atividade consciente, pois só é possível definir o instrumento com a qualidade do instrumento de trabalho se ele for retido e conceitualizado, o que exige uma capacidade de simbolização.

A linguagem constitui-se como fator primordial na gênese da consciência, pois permite a retenção na memória e, conseqüentemente, a designação de objetos sem sua presença, criando um mundo de imagens internas.

Para Leontiev, o processo de hominização resultou da passagem à vida numa sociedade organizada pelo trabalho. Essa passagem marcou o início de um desenvolvimento que, diferente dos animais, está submetido às leis sócio-históricas e não biológicas. A evolução humana se produziu de forma particular, pois os homens possuem o trabalho como forma criadora e produtiva. O desenvolvimento do homem se dá além de sua mera adaptação, modifica-se à medida em que altera as suas necessidades. O homem, quando nasce, não está pronto e o que a natureza lhe fornece não é o bastante para viver em sociedade. Ele tem que aprender a ser homem, adquirir tudo o que foi alcançado como resultado do desenvolvimento histórico da sociedade humana. Segundo Leontiev, o processo de apropriação deste mundo se dá através da aquisição do instrumento e da linguagem. Em sua origem, o instrumento era o instrumento de trabalho; fazia parte da consciência de um grupo que o operava e construía. Como exemplo, pode-se citar a construção da ponta de uma flecha de pedra lascada. O que representava a aquisição do instrumento nos primórdios, hoje é representado pela capacidade de criação do homem, como quando um bebê utiliza uma caixa de papelão e a transforma imaginariamente em um carrinho. Desta forma, reproduz o desenvolvimento filogenético. Já a linguagem, que é o processo de apropriação das operações de palavras que são fixadas historicamente nas suas significações, possibilita ao homem criar novas aptidões, novas funções psíquicas. O homem se coloca no mundo através da relação com outros homens, por intermédio da comunicação. Nos primórdios, a vida em grupo e a comunicação foram

responsáveis pela retenção coletiva do conhecimento. As descobertas de uma pessoa eram sempre socializadas. Os conteúdos retidos foram passados de geração a geração, criando condições para o estabelecimento da cultura humana.

O desenvolvimento humano desembocou na construção de sociedades desiguais e na dominação do homem pelo homem. Sabe-se que a noção de indivíduo baseia-se na diferença e é uma conquista humana, porém uma questão que se coloca é como o indivíduo pode exercer seu potencial sem depender de sua situação de classe.

A sociedade capitalista tem a acumulação de bens com o objetivo de gerar riqueza, que é distribuída de forma desigual, gerando as diferenças sociais. Existe um acordo muitas vezes ignorado pelos indivíduos, uma consciência coletiva que é distorcida pela presença da ideologia (valores e crenças sociais). Pode-se afirmar que a ideologia mascara os reais determinantes da situação vigente e pode-se observar, então, a maneira como o psiquismo constituído neste processo. A este processo dá-se o nome de constituição da subjetividade capitalista.

Vigotski ressaltou a forma como se dá a internalização do processo psíquico que não tem origem no indivíduo, mas que é uma construção social. Para ele, o uso de signos (unidade da linguagem) para solucionar problemas psicológicos é análogo ao uso de instrumentos no trabalho. Ambos possuem uma função mediadora. A diferença entre os dois é que o signo orienta-se internamente e o instrumento externamente, através da atividade.

Para Vigotski, a combinação entre signo e instrumento na atividade psicológica gera a função psicológica superior (ou compartimento superior correlato da função), que ultrapassa o organicamente demarcado. O desenvolvimento se dá em espiral e não em círculos, como faria crer a observação desatenta. A regressão no desenvolvimento prepara o salto para a próxima etapa (adquirir a operação comutativa). (FURTADO, 2001, p.84).

Pode-se concluir que a subjetividade é socialmente construída e se expressa no plano individual através de crenças, valores e comportamentos individuais. Pode ser entendida como estrutura e experiência de si e como expressão de um conteúdo social, dependendo do lugar que o indivíduo ocupa na sociedade.

No presente momento, com o termo subjetividade estabelecido e já bastante generalizado, o psicólogo cubano González Rey (1997) procura demonstrar como é possível trabalhar com a subjetividade no campo da Psicologia sem abandonar sua gênese social (do ponto de vista marxista) ... O campo da subjetividade do sujeito engendra-se

justamente no que o autor define como configuração. González Rey entenderá a subjetividade como a constituição do psiquismo no sujeito individual. A subjetividade integra os processos e estados característicos a esse sujeito em cada momento da ação social, momentos inseparáveis do sentido subjetivo que terão para ele. Simultaneamente, a subjetividade se expressa no plano social como constituinte da vida social- momento designado como subjetividade social (que não se diferencia da individual por sua origem, mas por sua constituição). (FURTADO, 2001, p. 89).

A subjetividade organiza-se, então, por processos que estão se interpenetrando e desenvolvendo permanentemente e pela sua inserção em outro sistema bastante complexo, que é a sociedade. A unidade dialética do sujeito com o meio, confluindo numa nova unidade, apresenta uma configuração subjetiva e outra objetiva. O social se subjetiva para converter-se em algo relevante para o desenvolvimento do indivíduo e o sujeito se objetiva, convertendo-se em parte da realidade social, redefinindo constantemente o processo cultural.

A dinâmica histórica coloca os planos objetivos e subjetivos em interação e não se pode determinar claramente qual é a fonte de determinação da realidade. Ela pode ser entendida como um fenômeno multideterminado. O sujeito é singular nesta dinâmica e agente ativo da transformação social, mesmo que não tenha consciência do fato.

É a partir da consciência de si e da consciência do outro que o plano singular da subjetividade se imbrica com o plano social da subjetividade. Ao mesmo tempo, a partir da atividade concreta do sujeito, ele se inclui num campo objetivo da sociedade (sua base material, a relação de classes, a força de trabalho, etc) e age objetivamente no plano individual de acordo com essa demanda social objetiva. E essa mesma relação objetiva que estará sendo interpretada a partir das inúmeras representações permitindo a constituição da concepção da realidade. (FURTADO, 20001, p. 92).

Esta concepção inaugura a possibilidade de se discutir o campo da Psicologia a partir de seu ponto crítico: a dicotomia indivíduo/sociedade e subjetividade/objetividade. É possível, portanto, para a Psicologia Social, estudar a gênese das construções ideológicas a partir do estudo da subjetividade, da relação dialética entre a produção singular de um sujeito e o repertório cultural de um povo.

Estas considerações sobre a subjetividade e o processo de sua construção ganham importância no estudo que nos propomos realizar, pois a partir do momento que passam a pertencer ao grupo de adolescentes trabalhadores, os jovens com os quais trabalhamos marcam, com inserção social, a preferência para a construção de sua subjetividade, no sentido em que este construto está sendo trabalhado no presente texto.

CAPITULO III

4 O TRABALHO ADOLESCENTE

4.1 O trabalho de crianças e adolescentes: um pouco de história

O trabalho de crianças e adolescentes sempre esteve presente na história brasileira, desde a época da escravidão, quando os filhos dos escravos assumiam pesadas tarefas nas propriedades dos senhores. Esta tendência persistiu durante o longo período em que o país foi essencialmente agro-exportador e a industrialização agravou tal cenário, pois com o êxodo das famílias que viviam nos campos para a cidade, em busca de melhores condições de vida, crianças e adolescentes se viram obrigados a trabalhar a fim de aumentar a renda das famílias que se encontravam em situação precária. A realidade social da pobreza sustentava e ainda sustenta crianças e adolescentes trabalhando em situações de risco.

Para a autora Cosendey (2002) a condição de miséria das famílias aliada à ausência de políticas públicas e à péssima distribuição de renda são fatores que cooperam em permitir a exploração do trabalho de crianças e adolescentes. Tal condição mantém o círculo da pobreza, ou seja, a criança explorada hoje será o adulto que no futuro não conseguirá se manter no mercado de trabalho, devido- entre outras questões- à falta de estudos. (COSTA, 2003, p. 29),

Apesar de existir, atualmente, uma legislação que proíbe o trabalho infantil e adolescente, o número desses trabalhadores no mercado é elevado, principalmente no mercado informal, onde se torna bem mais difícil identificar, confirmar e proibir o envolvimento de crianças e adolescentes no trabalho.

O trabalho infantil na população de baixa renda se tornou um conceito naturalizado. Ainda hoje, é comum encontrar a mentalidade de que a criança que vive em condições precárias deve trabalhar como forma de se manter distante da delinquência, do ócio e do vício. Como fruto desta mentalidade, existem milhares de programas que, em nome da estratégia de sobrevivência da família e da prevenção da marginalidade, promovem a inserção precoce de crianças e adolescentes no mundo do trabalho irregular, sub-remunerado e explorador. O efeito mais perverso deste tipo de inserção sobre a vida dessa população é a desescolarização que produz impactos negativos no processo de desenvolvimento normal da infância e

juventude. Grande parte das crianças e adolescentes que abandonam as escolas para participar da estratégia de sobrevivência do grupo familiar acaba por fazer das ruas seu espaço de luta pela sobrevivência. Conseqüentemente, caem no ciclo perverso da institucionalização compulsória (apreensão, rotulação, confinamento) ou são vítimas, nas ruas, da discriminação, da degradação pessoal e social.

O trabalho desenvolvido por crianças retira seus direitos fundamentais de frequentar a escola e de brincar, atividades essenciais ao seu desenvolvimento psicossocial e à sua formação para a cidadania. Este tipo de trabalho coloca a criança diante de diversos riscos e de exposição à violência. Neste sentido, o trabalho infantil é deformador, degradando, a um só tempo, o trabalho e o trabalhador. Ele é fruto de uma ordem social excludente, que priva crianças e adolescentes de usufruir de bens simbólicos e materiais.

Os programas governamentais e não-governamentais dirigidos às crianças e adolescentes das camadas sócio-econômicas inferiores, tradicionalmente, basearam-se num trinômio: comida, trabalho e um discurso salvacionista. É nesse cenário conturbado que a elaboração e a aprovação de dois instrumentos de proteção à criança e ao adolescente emergiram: o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho.

A CLT já proibia o trabalho infantil, mas o ECA apresentou-se como um mecanismo dos mais eficazes na defesa dos direitos dos adolescentes e das crianças. Este Estatuto constitui um marco divisor nas políticas de atendimento à população. A seguir, teceremos considerações sobre o mesmo, devido à influência que teve na mudança de concepção da infância e juventude e na redefinição de ações relacionadas a estas faixas etárias.

4.2 O Estatuto da Criança e do Adolescente e suas repercussões no trabalho adolescente

A elaboração do ECA iniciou-se nos anos oitenta, quando o movimento de resistência democrática ao regime militar começou a conquistar espaços mais amplos de atuação. Nessa época, a paisagem urbana brasileira apontava a dura realidade de crianças e adolescentes dizendo das ruas seu local de moradia e sobrevivência. Tornou-se necessário olhar para aqueles meninos de forma "desarmada", sem o olhar estigmatizante do Código de Menores (Situação Irregular) e da PNBEM (Política Nacional de Bem-Estar do Menor). O termo "menor" estigmatizava e enquadrava essa população nas categorias inscritas nas leis de

controle social da infância e da juventude, que começaram a ser percebidas como parte do entulho do regime autoritário.

O "menino de rua" representava a figura emblemática da situação da infância e da adolescência no Brasil. Uma abordagem inovadora no atendimento de meninos de rua tornou-se urgente e poderia ser o início do processo de mudança da política brasileira de atendimento aos direitos da infância e da juventude.

O Estatuto da Criança e do Adolescente resultou de um amplo movimento de mobilização e organização social. Foi criado para regulamentar as conquistas em favor da infância e da juventude, introduzidas na Carta Constitucional de 5 de outubro de 1988. No caput do Artigo 227 da Constituição se lê: Art. 227- "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão".

O ECA concretizou os novos direitos da população infanto-juvenil brasileira, a partir de uma concepção norteadora que é a Doutrina de Proteção Integral defendida pela ONU, com base na Declaração Universal dos Direitos da Criança. Esta Doutrina apresenta um novo paradigma em relação à infância e juventude, pois passa a considerar crianças e adolescentes como sujeitos de direito, como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e prioridade absoluta em casos de socorro, atendimento em órgão público, bem como na formulação e execução de políticas sociais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente aponta na direção de superação das práticas assistencialistas definidoras das relações entre pobres e o ramo social do Estado. Crianças e adolescentes em estado de necessidade (carentes) e na condição de menores (diminuídos socialmente), transitam para a condição de cidadãos detentores de direitos. Para essa mudança de relações, fez-se necessário (e ainda se faz) substituir o assistencialismo e as práticas correcionais-repressivas por um novo tipo de trabalho social e educativo, que fosse emancipador e baseado na noção de cidadania.

Em relação ao trabalho, vários progressos foram alcançados. Até aos quatorze anos de idade, a criança deve ser protegida do trabalho. Os programas voltados para esta faixa etária devem contemplar o ingresso, o regresso, a permanência e o sucesso de todas as crianças no ensino fundamental. Os programas de trabalho e geração de renda devem ter como alvo a

família e não a criança. Entre os quatorze e dezesseis anos, deve-se conciliar, quando necessário, educação e trabalho, por meio da iniciação em regime de aprendizagem. Após os dezesseis anos, os programas devem visar a capacitação profissional, o encaminhamento adequado e a proteção dos adolescentes no ambiente e nas relações de trabalho.

A nova perspectiva de atendimento se pauta por uma ética da cidadania, onde cada sujeito, além de sujeito de direitos, é também cidadão pleno, possuidor de capacidade de participação e interação social, baseando-se em sua identidade pessoal e cultural, seus interesses e projetos; sujeito de desejo, interação e comunicação.

4.3 A inserção de jovens no mercado de trabalho

A busca por um trabalho tem se tornado cada vez mais complexa no contexto econômico brasileiro e na atual dinâmica, na qual o mercado se encontra. Segundo Costa (2003), o desemprego da população jovem é maior do que o da população adulta e, em situações de crise, são os jovens os primeiros a perderem o emprego.

Várias são as dificuldades encontradas por eles nesse percurso.

Ainda de acordo com Pochmann (2001) a criação de empregos, no Brasil, tem sido em número insuficiente e de baixa qualidade- principalmente em setores como limpeza, segurança, de garçons, entre outros. Fato que para o Ministério do Trabalho (2001) também é uma realidade, ou seja, parte considerável dos empregos gerados tem sido de baixa qualidade; soma-se a essa situação a informalização e a terceirização da força de trabalho no Brasil. Ainda assim, as vagas disponíveis estão sendo ocupadas por trabalhadores adultos com escolaridade elevada e profissionalmente qualificados, dificultando a entrada dos jovens para o mercado de trabalho-estes não dispõem da experiência profissional e não estão qualificados. Desta maneira, os empresários elevam os requisitos para a contratação de novos empregados limitando a seleção para inserção dos jovens; seguindo este mesmo raciocínio, Machado (2001) destaca tal padrão ocupacional como sendo excludente para estes, e, mais complexo para os jovens de baixa renda que não dispõem de estudos de melhor qualidade, bem como cursos extras exigidos pelo mercado (língua estrangeira, informática). (COSTA, 2003, p. 33).

A situação de desemprego afeta os jovens de forma geral, mas o adolescente de baixa renda encontra dificuldades específicas. A falta de um emprego gera ausência de recursos financeiros. Sem dinheiro, torna-se mais difícil a locomoção na busca de trabalho e até

mesmo as condições para se ter uma boa apresentação na hora de uma entrevista destinada à seleção para o trabalho.

De acordo com Costa (2003), as dificuldades encontradas pelos jovens na busca de um emprego, comprometem não só a sua vida nos aspectos psicológicos, fisiológicos e materiais, mas também influenciam a dinâmica da sociedade, uma vez que tendem a alienar estes atores dos processos políticos.

Diante de tal cenário, o mercado informal cresce com ocupações que possuem um baixo nível de exigência. Um elevado número de desempregados pode ser observado entre aqueles que estão numa faixa etária adequada ao ingresso no mercado e, concomitantemente, observa-se um alto índice de recém-graduados trabalhando em empregos precários.

Como consequência

... tudo isso eleva a violência social. Na verdade o desemprego por longo tempo e a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho podem colaborar para agravar as dificuldades sociais, uma vez que o jovem com menos condições favoráveis, torna-se vulnerável às situações de delinquência, roubo, tráfico de drogas e prostituição. Embora os meios não sejam lícitos não se pode esquecer de que trazem retorno financeiro e possibilitam ao jovem fazer parte da sociedade de consumo (Machado, 2001). (COSTA, 2003, p.37)

As dificuldades enfrentadas pelos jovens de baixa renda nas escolas públicas, que apresentam uma grande distância entre o conteúdo pedagógico e a realidade do mercado, favorecem o abandono precoce da instituição, dificultando mais ainda a entrada no mercado. Abandono, repetência, entrada tardia na escola, são alguns destes problemas. Somam-se a estas dificuldades o fato de que a expectativa de vida da população tem aumentado e as pessoas passam mais tempo trabalhando para garantir a sua sobrevivência, já que apenas a aposentadoria não basta. Isto também agrava a entrada de jovens no mercado, pois novas vagas não são criadas.

É neste contexto relatado que se encontram inseridos os jovens que fizeram parte desta pesquisa, sobre os quais passamos a tecer comentários no próximo capítulo.

CAPITULO IV

5 A PESQUISA REALIZADA

5.1 A Instituição

O programa de trabalho sócio-educativo- Programa Geração de Trabalho, no qual os adolescentes desta pesquisa estão inseridos, é um dos diversos programas desenvolvidos pela Associação Municipal de Assistência Social- AMAS.

A Associação Municipal de Assistência Social é uma organização civil, sem fins lucrativos, que exerce uma ação complementar às ações do governo municipal, no que diz respeito à área da proteção da infância e da adolescência.

O Programa Geração de Trabalho representa uma das ações desenvolvidas pela instituição. Surgiu em 1993, época em que a cidade de Belo Horizonte demandava uma política social voltada para os "meninos de rua". O Programa tem como objetivo a inserção de adolescentes com a faixa etária de 16 a 18 anos, no mercado formal de trabalho. Atualmente, a instituição atende a adolescentes com perfil de risco social e pessoal. Tal quadro, configura-se pelos seguintes fatores: doença ou invalidez dos pais ou familiares, orfandade, moradia precária e ou em área de risco, uso de drogas ou envolvimento com tráfico (adolescente/familiares), o próprio adolescente ou outro membro da família com trajetória de vida nas ruas, cumprimento de medida de Liberdade Assistida, vítima de violência física, psicológica ou sexual e condição econômica precária.

Os adolescentes são encaminhados para o trabalho através dos Conselhos Tutelares de todas as regionais da cidade, Juizado da Infância e Juventude, Programa de Liberdade Assistida e outras entidades e programas voltados para este público. Após o encaminhamento, passam por uma entrevista e cadastramento no banco de dados para, posteriormente, serem selecionados de acordo com as características de cada instituição, da urgência do caso e do perfil do adolescente.

Através de parcerias com órgãos públicos e privados (convênios), os adolescentes são inseridos no trabalho e têm assegurados seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Durante toda a permanência do jovem no Programa, uma equipe multidisciplinar responsabiliza-se por seu acompanhamento. Tal processo, baseia-se numa metodologia cujo eixo central é a atenção ao tripé: família/adolescente/empresa. Como ações focadas no adolescente, podem-se citar: psicoterapia individual, oficinas terapêuticas, acompanhamento das questões de trabalho, acompanhamento da frequência escolar, cursos profissionalizantes, treinamento antes do ingresso no trabalho. Algumas famílias contam com o acompanhamento psicossocial e cursos profissionalizantes. As equipes que trabalham com os adolescentes nas empresas também são acompanhadas. A matrícula e frequência na escola formal é condição para ingresso e permanência no trabalho.

As ações desenvolvidas têm como objetivo tratar as questões que surgem no percurso desta inserção dos jovens, de maneira que lhes permita a construção e apropriação de um saber sobre o trabalho e a preparação para a vida profissional.

A pesquisa foi realizada numa empresa onde trabalham noventa adolescentes. Metade deste grupo encontrava-se numa primeira fase, recebendo treinamento de teatro e circo para atuar como educadores nas campanhas da empresa. Simultaneamente a este treinamento, existia uma equipe de educadores sociais que trabalhava as demandas que surgiam no grupo como higiene pessoal, sexualidade, relacionamento interpessoal, dentre outras. Quando observava-se um amadurecimento do adolescente e uma maior preparação profissional, o mesmo era encaminhado para outros setores da empresa e passava a atuar como office-boy ou office-girl, jardineiro(a) ou recepcionista. Atualmente, metade do grupo encontra-se exercendo tais funções.

5.2 Metodologia e Resultados

Foram entrevistados nove adolescentes, cinco do sexo feminino e quatro do sexo masculino, de idades entre dezesseis e dezessete anos.

Foram realizadas duas entrevistas semi-estruturadas (anexos 1 e 2) com cada jovem. A primeira entrevista aconteceu antes da inserção do adolescente no trabalho, e a segunda ocorreu depois deste momento, com o adolescente inserido e acompanhado na empresa.

Seguem, abaixo, os resultados encontrados.

5.2.1 IDADE ATUAL:

16 anos- 1 sujeito

17 anos- 8 sujeitos

5.2.2 ESCOLARIDADE NA ÉPOCA DE INSERÇÃO NO TRABALHO E TEMPO DE TRABALHO

Tabela 1 - Escolaridade na Época de Inserção no Trabalho e Tempo de Trabalho

Sujeitos	Escolaridade	Tempo de trabalho
Sujeito 1	7ª série	10 meses
Sujeito 2	5ª série	1 ano
Sujeito 3	8ª série	9 meses
Sujeito 4	7ª série	2 meses
Sujeito 5	2ª/2º grau	1 ano e meio
Sujeito 6	4ª série	9 meses
Sujeito 7	1ª/2º grau	5 meses
Sujeito 8	7ª série	3 meses
Sujeito 9	8ª série	1 ano

5.2.3 ESTRUTURA E RENDA FAMILIAR

Tabela 2 - Estrutura e Renda Familiar

Adolescente	Estrutura familiar (pessoas que residem com o adolescente em sua casa)	Renda fixa da família (trabalho formal)
Sujeito 1	Pai, mãe, 3 irmãos	R\$290,00
Sujeito 2	Pai, mãe, cunhada, 5 irmãos	Nenhuma
Sujeito 3	Pai, mãe, 1 irmão	Nenhuma
Sujeito 4	Reside num abrigo	Nenhuma
Sujeito 5	Pai, mãe, irmão e avó	Pensão do avô (1 salário)
Sujeito 6	Mãe, 6 irmãos	1 salário mínimo
Sujeito 7	Avó	Nenhuma
Sujeito 8	Reside num abrigo	Nenhuma
Sujeito 9	Pai, mãe, 6 irmãos, 1 sobrinho	2 salários mínimos

5.2.4 CARACTERÍSTICAS QUE CONFIGURAVAM O PERFIL DE RISCO NA ÉPOCA DE INGRESSO NO TRABALHO

Tabela 3 - Características que configuravam o perfil de risco na época de ingresso no trabalho

Sujeito 1	Reside em área de risco (violência); envolvimento com criminalidade (tráfico, assaltos).
Sujeito 2	Moradia precária (2 cômodos) e em área de risco (violência); Família numerosa (9 membros) e apenas 1 membro trabalhando (renda de \$400,00).
Sujeito 3	Ausência de renda familiar (apenas 1 membro trabalha- mercado informal/PETI); Pai abandonou a família (agredia fisicamente a mãe).
Sujeito 4	Reside em abrigo; Pai alcoólatra e agressivo; Vítima de agressões físicas; Ameaçada de morte (namorava um rapaz que estava ameaçado); Rejeição materna; Morte de seu filho com menos de 1 ano.
Sujeito 5	Residente em área de risco (violência); Conflitos familiares (com o pai); ausência de renda familiar (apenas 1 membro trabalha- mercado informal).
Sujeito 6	Reside em área de risco (violência); Família numerosa (8 membros) e renda familiar baixa (apenas um membro trabalha e recebe salário mínimo); Moradia precária (cedida por um parente, telhado de zinco); Pai alcoólatra e agredia família. Constantes mudanças de residência e conseqüente baixa escolaridade.
Sujeito 7	Reside em área de risco (violência); Reside com a avó; Rejeição da família nuclear desde o nascimento.
Sujeito 8	Reside em abrigo; Trajetória de rua (3 anos); Dependente químico (maconha, crack, thiner); Envolvimento com criminalidade (tráfico,

	assaltos); Vítima de agressões quando criança (sua mãe perdeu sua guarda aos 7 anos).
Sujeito 9	Reside em área de risco (violência); Família numerosa (10 membros) e renda familiar composta pela aposentadoria de um membro e salário de outro; Envolvimento com tráfico de drogas.

5.2.5 IMPORTÂNCIA DO INGRESSO NO TRABALHO PARA O ADOLESCENTE

Tabela 4 - A importância do ingresso no trabalho para o adolescente

Sujeito 1	"Quero trabalhar para ajudar em casa e ficar sem tempo de ir para a rua e ter más influências".
Sujeito 2	"Quero trabalhar para comprar minhas coisas, ajudar minha mãe e meus irmãos".
Sujeito 3	"Quero um emprego para fazer economias e comprar uma casa. Tirar carteira, comprar carro e casar".
Sujeito 4	Quer trabalhar para ser aceita pela mãe que não trabalha e é sustentada pelo marido (padrasto que não gosta da adolescente). Se for morar com eles, terá que se sustentar.
Sujeito 5	"Quero trabalhar para me ocupar, para não ficar à toa, pensando em besteira. Também para ajudar nas despesas da casa".
Sujeito 6	Quer trabalhar para ter um futuro melhor, para ajudar em casa e não ficar atoa.
Sujeito 7	Quer trabalhar pois pensa que um trabalho é o meio de realizar seus sonhos.
Sujeito 8	Quer fazer economias e investir no seu futuro.
Sujeito 9	Quer trabalhar para ajudar nas despesas da casa.

5.2.6 AUTO-PERCEPÇÃO (ANTES E DEPOIS DO INGRESSO NO TRABALHO)

Tabela 5 - Auto Percepção (Antes e depois do ingresso no trabalho)

Sujeito	Auto percepção antes do trabalho	Auto percepção depois do trabalho
Sujeito 1	"cabuloso, revoltado, só fazia coisa errada".	Quieto, "retruco os outro, não aceito ordens", persistente. "Quando quero uma coisa vou até o fim".
Sujeito 2	Feia, tímida. "Não gostava de mim".	Chata, insuportável, sincera, "mas gosto de mim".
Sujeito 3	Bonito, carinhoso (mas não demonstra), não gosta de coisas erradas, gosta de desenhar.	Bonito, carinhoso (mas não demonstra), não gosta de coisas erradas, gosta de desenhar.
Sujeito 4	Extrovertida, "farreira".	Extrovertida, fala sério, decidida, gosta de tudo certo, gosta de planejar seu futuro, responsável, "antes era infantil, agora cresci".
Sujeito 5	"Tudo que me falavam eu aceitava de cabeça baixa, xingava muito, pensava em muitas coisas ruins".	Chata, reclama muito, muito crítica, nervosa, agora não xinga, dialoga.
Sujeito 6	Não fazia nada, apática, ficava em casa à toa, não planejava o futuro.	Prestativa, tem boa vontade para fazer tudo e ajudar os outros.
Sujeito 7	Sincero, não se sentia livre.	Sincero com seus sentimentos, mente às vezes, honesto, agora busca sua liberdade.
Sujeito 8	Pensativa, inteligente, agressiva, orgulhosa.	Fechada, insegura, inteligente, educada.
Sujeito 9	Nervoso, gostava de amigos que o influenciavam negativamente (tráfico, droga, vida nas ruas).	Brincalhão, facilidade em fazer amizades, se relaciona bem com as pessoas. "Agora as amizades são outras".

5.2.7 PERSPECTIVA DE FUTURO (ANTES E DEPOIS DO INGRESSO NO TRABALHO)

Tabela 6 - Perspectiva de futuro (antes e depois do ingresso no trabalho)

Sujeito	Antes	Depois
Sujeito 1	Não pensava em nada para seu futuro. "Não queria nada com a dureza. Eu fazia de tudo um pouco, drogas, roubava ...".	Quer estudar ("crescer nas idéias") e conseguir um trabalho melhor (ganhando mais e não trabalhando pesado como em serviços braçais). "Antes era cabuloso, revoltado, fazia de tudo. Agora to quieto, fica trampano e fazer coisa errada não dá certo".
Sujeito 2	Conseguir um emprego para ajudar no sustento da família. "Imaginava um futuro ruim, sem muita diferença em relação ao presente. Passávamos fome".	"Hoje quero estudar, formar para professora de Português. Tem que ter estudo". Quer casar, ter filhos, viver bem (sem brigas) e tirar a mãe do local onde elas residem. "Além de construir o meu futuro, estou construindo o de minha família. É bom demais ver o armário cheio de comida. Eu é que encho".
Sujeito 3	Quer trabalhar (catava latinhas na rua), fazer economias, comprar casa, carro, tirar carteira de motorista e casar.	Quer ser artista plástico, ter casa, carro e um salário melhor. "Tudo isso primeiro, para depois me casar".
Sujeito 4	"Pensava em ir para a rua, para o pagode".	Continuar trabalhando, tirar carteira de motorista, comprar uma casa, "ser alguém", imagina um futuro melhor do que antes, quer poder se sustentar e também sua família no futuro. "Hoje em dia tenho compromisso com o

		serviço e com a escola, mais responsabilidade.
Sujeito 5	"Imaginava coisas ruins no futuro, queria me matar, matar os outros. Pensava em trabalhar para me ocupar, não ficar à toa e pensar besteira".	Quero melhorar de vida, ter condições de comprar minhas coisas, sustentar minha casa, comprar comidas melhores (carne, doce), acabar de estudar e tentar faculdade".
Sujeito 6	"Pensava que não ia ter futuro nenhum. Com a vida que eu tinha assim, não sabia nada do mundo, nada lá de fora da minha casa. Achava que ia trabalhar em casa de família".	"Fazer curso de Informática ou Telemarketing (algum que me ajude a arrumar um trabalho). Quero trabalhar muito".
Sujeito 7	Querida ser ator, fazer Artes Cênicas e Veterinária.	Quer ser ator, fazer faculdade de Artes Cênicas e Veterinária
Sujeito 8	"Querida ser bandido".	"Quero crescer". Quer fazer um curso superior, ter casa própria, trabalhar, aproveitar as oportunidades que está tendo e pensar no futuro.
Sujeito 9	Querida emprego para ajudar nas despesas da casa.	"Morar sozinho, ter família e um emprego para cuidar dela".

6 CONCLUSÃO

A questão do emprego é motivo de preocupação no cenário brasileiro e tem merecido atenção do governo, da iniciativa privada e principalmente das famílias. Apesar de o desemprego ser uma questão mundial, no Brasil há vários agravantes: o salário mínimo não atende às necessidades básicas das pessoas e muito menos das famílias, os serviços de atendimento à saúde e à educação deixam muito a desejar e as políticas públicas voltadas para o segmento estudado nesta pesquisa (jovens em fase de iniciação de sua vida profissional) ainda são escassas.

As mudanças e dificuldades sociais geradas pela crise econômica configuram o contexto socioeconômico e a comunidade dos adolescentes que fizeram parte deste estudo: moradias precárias, ausência de renda familiar adequada, experiência de fome, trajetória de vida nas ruas, constantes agressões físicas e psicológicas aos sujeitos estudados e a membros de suas famílias, envolvimento com a criminalidade (tráfico, assaltos), dependência química e defasagem escolar.

A busca pelo trabalho formal, para estes jovens, é motivada pela necessidade de garantir sua sobrevivência e também de sua família, visto que a maior renda verificada neste estudo foi de dois salários mínimos para uma família composta por nove membros. Outra característica importante do trabalho é garantir uma ocupação, uma atividade que preencha o tempo, muitas vezes ocupado com pensamentos negativos e envolvimento com a criminalidade, a qual garante também ao jovem a inserção na sociedade de consumo.

A análise das entrevistas evidenciou que as perspectivas de futuro antes do ingresso no trabalho se apresentaram de forma bastante negativa. As respostas foram marcadas pela ausência de planos para o futuro e a idéia de um futuro pior ou igual ao presente.

Nos jovens de classe menos desfavorecida, essa preocupação se acentua, chegando a um pessimismo exacerbado e a um sentimento de infelicidade por ter que enfrentar (comparativamente a outros jovens) tanto uma adolescência quanto um futuro muito pesado. Não vivem os esperados prazeres que essa etapa da vida permitiria, já que desde muito cedo estão engajados na luta pela sobrevivência que se perpetuará nas próximas etapas (LIEBESNY E OZELA, 2002, p. 64).

Na leitura dos projetos futuros destes jovens deve-se estar atento para as condições nas quais esses projetos são construídos. Retomando Liebesny e Ozela (2002, p. 63) "... é necessário que se reflita sobre quem é o verdadeiro sujeito do projeto: o sujeito ou as multideterminações que o impelem a uma formulação de projeto que não é dele, mas para ele". Será que estes jovens estão tendo oportunidade de construir um projeto de vida diferente daquela na qual sobrevivem?

Neste aspecto, pode-se observar uma mudança depois da inserção no trabalho. As perspectivas dos jovens continuam relatando a necessidade de sustento, porém, vislumbram um futuro melhor. O trabalho traz responsabilidade e maturidade. Para conseguir se inserir no mundo do trabalho, o adolescente tem que se adaptar às exigências que o cotidiano de uma empresa lhe impõe, como o cumprimento de horários e de determinadas tarefas, a capacidade de relacionar-se com colegas e a submissão a uma hierarquia, dentre outras questões. Além

disso, para permanecer no trabalho, o adolescente tem que garantir a assiduidade na escola formal. A nova realidade choca-se com a realidade do tráfico, do uso de drogas, das festas frequentes e da evasão escolar. Muitas vezes, nesse processo de adaptação, permeado por muitos conflitos, os adolescentes demandam um acompanhamento psicossocial mais intenso. Outro fator observado nos relatos é a forte relação existente entre estudo e trabalho como forma de inserção e integração social. A maior parte dos jovens deseja continuar trabalhando e estudando, o que indica uma valorização do estudo como forma de integração e até mesmo de ascensão social.

Percebe-se, também, alterações na autopercepção dos adolescentes depois de começar a trabalhar, aspecto que foi observado mediante a comparação das respostas antes (por ocasião da admissão dos adolescentes) e depois (por ocasião da pesquisa). Como vimos nos capítulos anteriores, a subjetividade constitui-se a partir de relações socialmente construídas. É importante observar os valores sociais que permeiam estas relações antes e depois da inserção no trabalho, cujos significados são subjetivados na construção de sentidos para os adolescentes. Verifica-se que o trabalho propiciou um aumento na autoestima, uma postura mais ativa e crítica e maior aprendizado de habilidades sociais.

Cabe ressaltar que a pesquisa aqui apresentada realizou-se num programa de proposta socioeducativa, prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Muitas vezes, o que se observa na realidade, são projetos de inserção no trabalho que não possuem caráter educativo e que têm como objetivo principal a produção e a exploração da mão-de-obra adolescente, evidentemente mais barata.

A adolescência não deve ser vista apenas como um período natural do desenvolvimento, pois representa um momento carregado de significado e interpretado pelo homem de modo especial. O jovem possui características surgidas nas relações sociais, em um processo no qual se coloca por inteiro, com seu corpo, suas características pessoais e também de contexto, além das características da comunidade onde vive. Dentro da perspectiva Sócio Histórica só se pode compreender qualquer fato psicossocial a partir de sua inserção na totalidade na qual este fato foi produzido. Imbuídos desta teoria, tentamos desvelar um pouco das condições sociais que constroem os adolescentes do presente estudo, suas subjetividades e perspectivas de futuro.

Na maior parte das vezes, não se possibilita ao jovem vislumbrar melhor perspectiva de futuro através do trabalho. Consideramos que o programa que analisamos e no qual esta

pesquisadora tem estado envolvida apontou na direção de uma perspectiva para os adolescentes. Por isto, parece ser necessário que o poder público implemente programas de inserção de jovens no mercado, programas estes que articulem diversos projetos voltados para a realidade social desta parcela da população.

Tendo consciência dos limites de uma pesquisa como esta, sugerimos que novos trabalhos sejam realizados, com o objetivo de analisar programas que são anunciados como capazes de oferecer aos adolescentes melhores oportunidades de preparação profissional e pessoal.

Confirmamos a importância de se dar a jovens, em situação de risco, a chance de vislumbrarem um mundo diferente daquele no qual estão imersos, em razão de seu envolvimento com a criminalidade.

7 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Programa de Criança, Brincar e Estudar: a construção de uma metodologia de combate ao trabalho infantil.** Belo Horizonte, 1999.

_____. **Trabalho Por quê? Sistematização da experiência do Programa Geração de Trabalho.** Belo Horizonte, 1996.

BOCK, Ana Maria e LIEBESNY, Brônia. Quem eu Quero Ser Quando Crescer: um estudo sobre o projeto de vida de jovens em São Paulo. In: OZELLA, Sérgio (organizador) **Adolescências Construídas: a visão da Psicologia Sócio Histórica.** São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** (Coleção Saraiva de Legislação). São Paulo: Ed. Saraiva. 22a edição atualizada e ampliada, 1999.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** (Série Legislação Brasileira). São Paulo: Ed. Saraiva, 1990.

CHURCH, J. e STONE, L. J. **Infância e Adolescência.** Belo Horizonte: Editora do Professor, 1969.

COSTA, Janaína Moutinho. **Inserção do Jovem de Baixa Renda no Mercado de Trabalho Formal: estudo da vila São Rafael- Belo Horizonte.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

DOTTI, Sotero. **Psicologia da Adolescência: uma psicologia do desenvolvimento.** Porto Alegre: Sulina, 1973.

FURTADO, Odair. O psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, Ana. Maria., GONÇALVES, Maria da Graça Marchina e FURTADO, Odair. (orgs). **Psicologia sócio histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia.** São Paulo: Cortez, 2001.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. **A Psicologia como Ciência do Sujeito e da Subjetividade: a historicidade como noção básica.** In: BOCK, Ana. Maria.,

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina e FURTADO, Odair. (orgs). **Psicologia sócio histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia.** São Paulo: Cortez, 2001.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. **A Psicologia como Ciência do Sujeito e da**

Subjetividade: o debate pós-moderno. In: BOCK, Ana Maria., GONÇALVES, Maria da Graça Marchina e FURTADO, Odair. (orgs). **Psicologia sócio histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia.** São Paulo: Cortez, 2001

LIBESNY, Brônia. e OZELLA, Sérgio. Projeto de vida na promoção de saúde. In: CONTINI, Maria de Lourdes Jeffery. **Adolescência e Psicologia: concepções , práticas e reflexões críticas.** Rio de Janeiro, Conselho Federal de Psicologia, 2002.

OZELLA, Sérgio. A adolescência e os psicólogos, a concepção e a prática dos profissionais. In: OZELLA, Sérgio (organizador). **Adolescências Construídas: a visão da Psicologia Sócio Histórica.** São Paulo: Cortez, 2002

SOUZA, Anelise. Laureano de. **Adolescência: um paralelo entre as teorias sociais e a atualidade.** Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo horizonte, 2000.

ANEXO 1 - Roteiro da entrevista realizada antes da inserção no trabalho

DADOS PESSOAIS

Nome Data de Nascimento: Idade: Sexo:
 Naturalidade: Estado Civil:
 Número de Filhos: Número de Irmãos:
 Nome do Pai: Profissão:
 Nome da Mãe: Profissão:
 Responsável:
 Nome do Padrasto/Madastra:
 Encaminhado por:

MORADIA

Pais Parentes Entidade. Qto tempo? Outros

Nome da entidade:

Endereço: Telefone: Regional:

Atendimento por outras entidades:

Dados referentes a todas as pessoas que moram em sua casa:

Nome	Parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão	Renda	Saúde (obs.)
1-						
2-						
3-						
4-						
5-						
6-						
7-						
8-						

Condições de moradia:

ESCOLARIDADE

Estuda: () sim () não série/graau: Turno: Horário de aula:

Nome da escola:

DOCUMENTAÇÃO

() Carteira de Identidade () CPF () Carteira de Trabalho () Título de Eleitor

() Certidão de Nascimento

TRAJETÓRIA INDIVIDUAL

Trajetória de vida nas ruas: () não () sim. Qto tempo?

Risco Social: () não () sim Baixa renda: () não () sim

1. Qual a importância do trabalho para você?
2. O que você pensa sobre seu futuro? Tem planos?
3. Como você se descreve?

Data da entrevista:

ANEXO 2 - Roteiro da entrevista realizada depois da inserção no trabalho

Nome:

Sexo:

Escolaridade:

Tempo de trabalho:

Como você se percebe? Acha que houve alguma diferença depois que começou a trabalhar?

O que você planeja para seu futuro? Seus planos mudaram depois que começou a trabalhar?

Data da entrevista: